

**9. CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM - EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 1”:**

Submete-se para aprovação da decisão de revogação da adjudicação, nomeadamente do procedimento - CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM - EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 1”, nos termos da informação técnica prestada pela DMOSM constantes no processo.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2022/06/03

Remeta-se à Sr.ª Diretora.

O Diretor do DOM,

03/06/2022

Despacho:

*Ans de  
Ricardo Augusto*

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

22/06/23

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM

EMPREITADA: "EU JÁ PASSO AQUI\_LOTE N.º 1 (Largo do Pópulo e Praça do Município).

### DECISÃO DE REVOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Na sequência do despacho de 13/07/2021, que autorizou o procedimento supramencionado, procedeu-se ao lançamento na plataforma eletrónica, por concurso público, cujo anúncio n.º 9178/2021, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 136, de 15 de julho de 2021, da empreitada "EU JÁ PASSO AQUI", sendo esta empreitada dividida em 6 lotes.

Relativamente ao Lote 1 (Largo do Pópulo e Praça do Município), foi adjudicada a respetiva empreitada ao concorrente **NICOLAU DE MACEDO S.A**, pela quantia de **€757.969,54** (setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos). Após a adjudicação da empreitada, surgiram novas circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos de decisão de contratar que

inviabilizam a presente empreitada, pelos motivos indicados na proposta de revogação da adjudicação anexa.

Na sequência da aprovação da proposta de revogação da adjudicação, foi enviada cópia da mesma à empresa adjudicatária Nicolau de Macedo, S.A, e em simultâneo foi a referida empresa notificada para que se pronunciasse, querendo, no prazo de 10 dias úteis, ao abrigo do direito da audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º ambos do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

### **RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA**

A empresa Nicolau de Macedo S.A, não apresentou qualquer pronúncia. Findo o período de audiência prévia, procedeu-se à devolução da garantia Bancária apresentada como Caução, em cumprimento do artigo 25.º do Programa do Concurso.

### **DECISÃO DE REVOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO**

Face ao supra exposto, propõe-se, pelos motivos/causa enquadráveis com o previsto na alínea d) do artigo 79.º do Código dos contratos públicos (CCP), a aprovação da decisão de revogação da adjudicação da presente empreitada, em conformidade com o artigo 165.º, n.º 1 do Código do CPA.

### **REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 80.º do CCP, a decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Braga, 3 de junho de 2022

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

#### **Em anexo:**

- Proposta de revogação da adjudicação (aprovada)

DELIBERAÇÃO:

*M. Reunião de 14/03/2022  
Deliberação ratificar Abstenções  
do PS e CDU*

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2022/03/29

Remeta-se à Sr.ª Diretora.

O Diretor do DOM,

29/03/2022

**Despacho:** Aprovo, sob ratificação do executivo municipal.

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

22/03/29

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM

EMPREITADA: "EU JÁ PASSO AQUI\_LOTE N.º 1 (Largo do Pópulo e Praça do Município).

### PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

I. Na sequência do despacho de 13/07/2021, que autorizou o procedimento supramencionado, procedeu-se ao lançamento na plataforma eletrónica, por concurso público, cujo anúncio n.º 9178/2021, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 136, de 15 de julho de 2021, da empreitada "EU JÁ PASSO AQUI", sendo esta empreitada dividida em 6 lotes.

Relativamente ao Lote 1 (Largo do Pópulo e Praça do Município), foi adjudicada a respetiva empreitada ao concorrente **NICOLAU DE MACEDO S.A**, pela quantia de **€757.969,54** (setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e nove euros e cinquenta e quatro centimos).



Na sequência da referida adjudicação o adjudicatário apresentou os documentos de habilitação em 28/09/2021, tendo na mesma data, para cumprimento do artigo 25.º do Programa do Concurso, apresentado a garantia Bancária n.º GAR/21301884, emitida pelo Banco BPI, S.A, NIF 501214534, com sede na rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto, correspondente a 5% do preço contratual, ou seja, no valor de €37.898,48.

Após a adjudicação da presente empreitada, surgiram novas circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos de decisão de contratar que inviabilizam a presente empreitada, conforme informação técnica em anexo, e que resulta de uma transcrição das informações transmitidas por distintos serviços municipais.

Nestes termos transcreve-se:

### **1.1. FUNDAMENTAÇÃO**

#### **1.1.1. Política pública municipal de mobilidade**

O Município de Braga defende uma Política Pública Municipal de fomento da mobilidade urbana em modos suaves, prosseguida desde 2013, e que integra um conjunto de ações de referência:

- ✓ Aumentar o n.º de utentes em transporte público:
  - Investimento no material circulante dos Transportes Urbanos de Braga;
  - Candidatura do Quadrilátero para desenvolvimento de bilhética integrada e disponibilização de informação em tempo real (contratos de financiamento de 01/04/2019 e 13/03/2019; fundo de 207 783€ e 212 017€);
  - Projeto School Bus (financiamento 31/12/2018 e montante 84.748,79€)
  - Constituição da Autoridade Municipal de Transportes e do Centro Coordenador de Transportes (financiamento 59.237,50 €);
- ✓ Promover a descarbonização:
  - Intervenções no espaço público para implementação de ciclovias, nomeadamente Variante da Encosta (data), Ciclovia do Este (contrato de financiamento de 30/05/2019; fundo 1 924741,53€), Rua Nova de Santa Cruz;
  - Processo Eu Já Passo Aqui (contrato de financiamento de 22/03/2021; fundo 2 523 054,00€);
  - Qualificação do espaço público Processo Áreas + (contrato de financiamento de 20/08/2018; fundo 1 731 008,88€);

- Disponibilização de trotinetes;
- ✓ Reduzir pontos de sinistralidade:
  - Elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária;
  - Intervenção em passagens desniveladas;

A concretização destas ações decorre de uma ponderação sobre o melhor investimento público face às oportunidades de obtenção de financiamento.

#### **1.1.2. Processo “EU JÁ PASSO AQUI”**

Em sede de promoção da descarbonização, da segurança rodoviária e da melhoria da acessibilidade pedonal, foi desenvolvido um conjunto de projetos incidentes em medidas de acalmia de tráfego associadas a eliminação de barreiras arquitetónicas em passeadeiras junto a equipamentos escolares, para fomento da mobilidade para todos em modos suaves.

Esse conjunto de projetos, 19 no total, que integram o processo denominado Eu Já Passo Aqui está abrangido por financiamento externo com comparticipação FEDER de 2.523.054.00 € e término em junho de 2023. Este processo teve início em 2018, com submissão de candidatura ao Aviso N.º Norte-06-2019-27 em agosto de 2019, e Termo de Aceitação em março de 2021.

#### **1.1.3. Estratégia de intervenção em 2019**

Considerando que à data da submissão da candidatura ao N.º Norte-06-2019-27, agosto de 2019, o Município estava a desenvolver ações complementares com vias distintas de financiamento, nomeadamente as candidaturas promovidas pelo Quadrilátero, entendeu-se que a promoção dos modos suaves deveria ser implementada através um percurso assertivo de transformação assente nos conceitos de Segurança, Inteligência, Inclusão, Inovação e Educação.

Neste contexto a melhoria das condições para a mobilidade pedonal seria atingida essencialmente através da correção de situações que dissuadem o uso dos passeios existentes a favor do uso do transporte individual, com todas as consequências ambientais que daí derivam.

#### **1.1.4. Circunstâncias supervenientes**

Acontece que por alta da assinatura do Termo de Aceitação da Operação NORTE-05-1406-FEDER-000239 (Eu Já Passo Aqui), em março de 2021, é publicamente assumido pela Ministra da Coesão Territorial, e reiterado em abril pelo Sr. Primeiro Ministro, que o projeto de BRT para Braga se encontra previsto no próximo Quadro Comunitário Portugal 2030.





Braga (Notícias/braga)  
2021-04-15 às 06h00

Marlene Carreira

Primeiro-Ministro assumiu ontem que BRT, reclamado pela Câmara de Braga, vai avançar no âmbito do PT 2030. Ricardo Rio está satisfeito com o compromisso assumido publicamente, mas preferia a inclusão do projeto no PRR.

O primeiro-ministro, António Costa, assumiu ontem publicamente a inclusão do projeto do BRT - Bus Rapid Transit para a cidade de Braga, a concretizar no âmbito do PT 2030, confirmando assim a informação que em Março tinha sido já avançada pela ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.

Em agosto de 2021 foi formalizada a candidatura da coligação Juntos por Braga às eleições autárquicas, cujo Programa prevê a "Implementação do MetroBus em Braga (...) Tecnicamente conhecido como BRT".

O BRT – Bus Rapid Transit consiste num sistema de transporte público baseado em veículos longos sobre pneus, de motorização diversa e média capacidade, muitas vezes referido como "Metrobus", a circular em canal dedicado ou, ocasionalmente, banalizado e normalmente não desnivelado. Os veículos geralmente detêm uma capacidade até 130 passageiros. Está presente em cidades pequenas – médias, com população presente acima de 150 mil pessoas.



Em parceria com a empresa municipal TUB, o Município de Braga está a desenvolver os estudos necessários para a concretização do BRT, estando a esta data previstos três traçados para 3 linhas de grande procura por transporte público coletivo. Este novo projeto, a ser financiado pelo Portugal 2030, introduz alterações significativas na gestão das oportunidades de intervenção na cidade, no que à mobilidade concerne, e consequentemente obriga a uma reflexão sobre a melhor gestão do espaço público.

#### **1.1.5. Alteração dos pressupostos**

Face a esta nova realidade constata-se a perda de oportunidade de intervenção em três das dezanove localizações previstas: 01 – Largo do Pópulo (incluída no Lote 1); 02 – Rua Martins Sarmiento e 08 – Rua Beato Miguel Carvalho por sobreposição ou interferência da área de intervenção com traçados previstos para o BRT. Destaca-se ainda que o traçado efetivo do BRT, encontra-se ainda em estudo, pelo que poderão surgir novas interferências com áreas de intervenção previstas para os lotes 1, 3, 4 e 5 do processo “EU JÁ PASSO AQUI”.

Esta sobreposição gera um conflito de interesses, porque as soluções arquitetónicas e urbanísticas inicialmente previstas terão de ser obrigatoriamente revistas em função dos requisitos técnicos para implementação do BRT. Este conflito agrava-se pela impossibilidade de reformulação de uma área objeto de financiamento durante um período mínimo de 5 anos.

#### **1.1.6. Estratégia de intervenção em 2021**

A abordagem defendida em 2019, ainda que permaneça válida, incide apenas na introdução de medidas de acalmia de tráfego quando associadas à eliminação de barreiras arquitetónicas em atravessamentos junto a equipamentos (essencialmente escolares).

Com uma oferta de transporte coletivo público renovada, e com a previsão de ampliação do serviço prestado pelo Projeto Scholl Bus a maior número de escolas, criam-se agora as condições para uma aposta mais evidente e assertiva nos percursos cicláveis e pedonais contínuos, em complemento e intermodalidade. A continuidade dos percursos cicláveis e pedonais é vital para se promoverem novos hábitos de deslocação, e de alimentação do próprio BRT. Particularmente se estes percursos contínuos fomentarem o acesso às estações BRT previstas.

Tal reforça os objetivos do Aviso, uma vez que mantém e acentua a componente de intervenção no “incremento dos modos suaves, através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como o objetivo principal)” mas também, ainda que por via indireta, fomenta a “estruturação de corredores urbanos de procura elevada, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves (corredores BUS tradicionais; BRT ou LRT)”.

Face ao exposto a intervenção pontual em passeadeiras deixa de ser a melhor forma de persecução do interesse público, e por esta razão devem os projetos dos lotes ainda não contratualizados ser substituídos por outros projetos que, apesar de promoverem medidas de acalmia de tráfego e eliminação de barreiras arquitetónicas, implementem percursos contínuos pedonais e cicláveis, em segurança rodoviária, que possam inclusivamente fomentar a utilização do BRT.



Os conceitos de Segurança, Inteligência, Inclusão, Inovação e Educação serão integralmente respeitados, mas estaremos a construir uma rede complementar à melhoria da oferta de transporte público.

## **II. – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

Nestes termos, por circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, consubstanciada nos motivos acima descritos, propõe-se, de acordo com o artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), a revogação da decisão de adjudicação, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Braga, em 13/09/2021.

### **II.1. – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Se a presente proposta merecer aprovação proceder-se-á à notificação do adjudicatário Nicolau de Macedo, S.A, para que se pronuncie, querendo, ao abrigo do direito da audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º ambos do CPA.

Findo o período de audiência prévia, proceder-se-á à subsequente decisão de não adjudicação e, consequente, revogação da decisão de contratar prevista no artigo 80.º do Código de Contratos Públicos, tudo pelos motivos/causa enquadráveis com o previsto na alínea d) do artigo 79.º do mesmo código, ou seja, por circunstâncias supervenientes relativas a pressupostos da decisão de contratar e alicerçadas na fundamentação anteriormente referida.

Na sequência da revogação da decisão de adjudicação, proceder-se-á ainda à devolução da Caução prestada pelo adjudicatário.

Braga, 29 de março de 2022,

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/GAC,

### **Em anexo:**

- Informação técnica (justificação da revogação);
- Processo integral do procedimento.